

Trabalhadores unem-se para enfrentar a política salarial e a repressão **NOVO ARROCHO NÃO PASSARÁ!**



Votando pela greve, a única linguagem que os patrões entendem

Ferremente unidos, organizados na fábrica e no seu sindicato, os 4 mil e 500 metalúrgicos da Bellgo-Mineira, de Monlevade (MG), não precisaram nem de piquete para fazer uma greve total. Assim, os combativos operários de Minas Gerais dão mais um exemplo: para enfrentar a intransigência patronal, as armadilhas da política de arrocho salarial e a crescente violência policial, é preciso ir à luta, com objetivos claros, mobilizar-se e construir uma organização sólida.

Isto é mais importante que nunca neste momento decisivo para o movimento sindical. As leis salariais do governo foram desmoralizadas pelas greves dos últimos tempos. O governo teve a idéia de adaptar essas leis para controlar o movimento grevista. Daí nasceu o projeto que atualmente está no Congresso. Seu objetivo é negar a liberdade de negociação de salários, manter o arrocho e impedir a reposição das perdas salariais ocorridas nos últimos 15 anos.

Após o reajuste semestral se esconde a intenção de iludir os trabalhadores e enfraquecer a luta por melhores salários, esvaziar as greves. Pelo projeto, o governo continuará, como há 15 anos, a controlar os salários. E a fixar reajustes automáticos de acordo com índices de inflação manipulados que os trabalhadores não poderão discutir. Só terão liberdade de negociar uma vez por ano e apenas sobre o aumento resultante do índice de produtividade. Assim, se o governo fixar um índice de produtividade de 5%, poderão discutir com o patrão que na sua categoria a produtividade foi, por exemplo, de 7%. Terão que provar isso com dados e cálculos técnicos. E, se não houver acordo, a Justiça do Trabalho decidirá. Comentário de Delfim Netto: "quero ver eles fazerem greve por 2%".

Assim, embora mais disfarçado, o arrocho salarial continuará. Nessa jogada, enquanto concede o direito de o trabalhador negociar tostões, o governo torna ilegal a negociação de salários que o movimento

sindical já vinha praticando, discutindo não apenas os índices de reajuste, mas também batendo-se por aumentos salariais efetivos para ir repondo a perda salarial provocada pelo arrocho.

O projeto do governo pretende congelar a participação dos trabalhadores na renda nacional. Isto é, quer conservar os salários baixos como estão, quando muito repondo o que a inflação tira. Concorda apenas em escalar os reajustes, tirando dos salários mais altos e reforçando um pouquinho os salários mais baixos. Mas a parte do leão, que são os lucros das empresas, ficará intocada. Dessa forma, haverá casos em que, após o reajuste, o total da folha de pagamentos de uma empresa praticamente não aumentará. E de quebra, o governo espera que os trabalhadores fiquem divididos.

E tem mais: não está previsto no projeto o reajuste semestral do salário mínimo. Os funcionários públicos, empregados de autarquias e de empresas de economia mista estarão em situação ainda pior, porque seus salários serão fixados diretamente pelo governo, sem nenhum direito de negociar ou fazer greve. E a rotatividade da mão-de-obra, isto é, o desemprego que ocorre na época da renovação dos contratos coletivos, aumentará, porque ocorrerá de seis em seis meses.

Aprovada essa lei, o governo diz que não admitirá mais greves "ilegais". E já ameaça com a aplicação da legislação antigreve — a lei 4330, o decreto-lei 1632, a Lei de Segurança Nacional, os artigos punitivos da velha CLT fascista. E, como, no dizer do ministro do Trabalho, "greve prejudica a democracia" (que democracia é esta que não reconhece o direito de greve?), a repressão vai aumentar. A polícia vai continuar cometendo as violências que só nos últimos meses já resultaram na morte de três operários, no espancamento e prisão de tantos outros. Continuarão as intervenções nos sindicatos e a destituição de seus dirigentes.

Muitos trabalhadores e lideranças sindicais estão conscientes da trama que se arma contra seus interesses. Por isso, articulados com parlamentares autênticos do MDB, apresentaram no Congresso um projeto substitutivo para corrigir os prejuízos mais flagrantes que o projeto do governo causa aos trabalhadores. Mas todos sabem que a maioria arenista, teleguiada pelo governo, aprova tudo que ele manda. E que muito pouco se conseguirá, a não ser que os trabalhadores se mobilizem e se manifestem nos locais de trabalho, nas ruas e praças, para pressionar o Congresso.

Por isso, e também para protestar contra a repressão, para exigir liberdade sindical, direito de greve, os trabalhadores estão fazendo uma campanha em defesa de seus interesses. Além da manifestação de protesto do dia 19, pretendem enviar delegações a Brasília para pressionar os parlamentares durante a votação. Exigem a imediata reintegração dos dirigentes destituídos das direções de sindicatos, a suspensão das intervenções nas entidades, e se mobilizam para apoiar as campanhas salariais das categorias cujas datas-base se aproximam, como é o caso dos metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos.

Os trabalhadores percebem que a intransigência patronal e do governo diante de suas reivindicações vem aumentando. Mas suas condições de vida tornam-se a cada dia piores. Assim, continuar a lutar é até mesmo uma questão de sobrevivência. Em suas assembleias reafirmam a disposição de fazer greve para defender seus interesses. E enfatizam a necessidade de ampliar sua mobilização, fortalecer a organização nas fábricas e nos sindicatos, aperfeiçoar as formas de luta para alcançar vitórias na luta de classe. Unindo-se e organizando-se enquanto lutam, os trabalhadores estão construindo sua força. Sabem que nada lhes será dado. Suas conquistas sempre foram e sempre serão fruto de sua luta. Nos dias difíceis de hoje, prepararam a sua "virada".

Editorial

UMA TRIBUNA OPERÁRIA

Com as lutas atuais, incontáveis trabalhadores despertam para a política. Percebem que a greve é uma grande arma e ótima escola, mas por si só não basta. Descobrem que os problemas da exploração, da crise, da carestia, exigem mudanças no poder. Passam a encarar a atividade política com novos olhos. Não como um assunto de "especialistas", mas como um dever de cada trabalhador consciente.

Nasce assim uma grande sede de conhecimentos políticos. E também um vivo debate, nas empresas, sindicatos, bairros de periferia. A classe operária se reencontra com sua tradição de luta e com sua responsabilidade como classe de vanguarda do povo. A vida exige dela, em regime de urgência, uma luta cada vez mais intensa, nos planos econômico, político, teórico. Nosso objetivo é servir a esta luta, a este aprendizado, a este debate.

O povo precisa de uma saída para a cruzilhada. O povo se levanta. O regime militar manobra e recua, buscando uma saída para a crise e para deter a contestação popular. Surge então a abertura, tão restrita que mal disfarça a ditadura. Não fundo, a abertura só existe devido às lutas populares, que abrem a perspectiva de um período novo, de ampla liberdade, da substituição da ditadura por um governo democrático provisório e eleição livre de uma Assembleia Constituinte.

Para que o povo precisa da liberdade? Para lutar, em melhores condições, por uma saída popular para os graves problemas do Brasil. Não podemos repetir experiências passadas, fazer grandes esforços, conquistar certos direitos, e, em seguida, sofrer novos golpes militares e períodos de reação.

Por isso, somos por uma democracia de tipo popular. O povo precisa ocupar o lugar que sempre mereceu e nunca teve neste país, o lugar de dono do poder. Só assim poderá atacar de frente os problemas do latifúndio, do domínio estrangeiro, da injustiça social. Em outras palavras, ao lado do combate pela liberdade, está na ordem do dia a preparação das forças populares para vencer os focos da reação e do fascismo, inaugurando uma etapa nova na vida nacional.

Jornal operário, assumimos como nossa a luta pelo socialismo. A missão histórica da classe operária não é apenas resistir à exploração capitalista. É criar uma sociedade livre de toda exploração. Fora desta meta final, as lutas de hoje perderiam o rumo. Portanto, a Tribuna Operária defenderá, no presente, também o futuro dos trabalhadores.

Pelos direitos dos trabalhadores da cidade e do campo, pela mais ampla liberdade política, pela democracia popular e a independência nacional, pelo socialismo — esta é a nossa plataforma.

Por uma tribuna de luta, a serviço do que há de melhor no movimento operário e popular — é a nossa proposta.

Companheiro trabalhador

Dê um dia de trabalho para o seu jornal, a Tribuna Operária. Precisamos do seu apoio material, assim como precisamos do seu apoio político, da sua ajuda na divulgação e na venda. Um jornal do povo só pode apoiar-se no povo.

Campanha de apoio à Tribuna da Luta Operária

Política Nacional: TEMPOS DE MUDANÇA

VOCÊ TAMBÉM PODE ESCREVER NESTE JORNAL

Olivio Dutra, Aurélio Peres, João Pires, Zé Pedro e Maria Saraiva falam nas páginas 2 e 3 sobre a imprensa popular e o surgimento da Tribuna.

VOCÊ TAMBÉM PODE ESCREVER NESTE JORNAL

Seja um correspondente da **Tribuna da Luta Operária**. Escreva sua reportagem, «curta e grossa», direta e objetiva. Denuncie a exploração e a repressão. Divulgue as lutas de sua categoria e de sua classe. Anuncie atos públicos e manifestações democráticas e populares. Analise a situação política. Faça críticas. Dê sugestões. Proponha soluções para a luta do povo. Homem ou mulher, velho companheiro de outras lutas, jovem que está chegando agora, nossas páginas estão abertas à sua colaboração na seção «Fala o Povo». Faça dela a seção mais forte do nosso jornal. Escreva.

Se você é um operário ou uma operária, uma dona de casa, um bancário, um trabalhador do comércio, de hospital, trabalhador de fazenda, de agropecuária, «volante», posseiro ou pequeno proprietário rural; se você é funcionário público, professor ou estudante, jornalista, patriota e democrata sincero, escreva.

Alguns companheiros que participam do comando da última greve metalúrgica de Contagem e Belo Horizonte enviaram-nos um balanço inicial da paralisação.

«Terminada a greve estamos nós de volta ao trabalho sem termos lucrado todas as metas que nos tínhamos propostos. Os companheiros mais combativos, aqueles que deram tudo de si na luta, estão agora amargurados e revoltados com o final que era desejado. Mas a verdade nua e crua é que não adianta chorar. Continuamos nós a nossa rotina diária na nossa máquina ou qualquer outro serviço debaixo da exploração e da repressão nas fábricas. E essa verdade indica que a luta continua porque a exploração continua. Porque não podemos fugir da nossa condição de operários. A única maneira de nos livrarmos dessa exploração e opressão é derrotar a classe que nos domina hoje. É para isso e não para outra coisa que serve ter a cabeça erguida: para encarar as novas lutas que se apresentam.

Porque não alcançamos a vitória total? Quem nos venceu? Como? Que fazer agora? Responder a essas perguntas é dar um passo adiante na campanha, preparando o caminho para a vitória na próxima.

Em primeiro lugar, tivemos vitórias? Sim, é preciso reconhecer, apesar de todos os pessimismos.

Em tantos anos, foi a primeira vez que quase chegamos à greve geral (70%), em que pese a preparação praticamente nula e a vontade da diretoria do sindicato de impedir a sua deflagração. As máquinas pararam numa ação conjunta de milhares e milhares de homens e mulheres. Depois de golpear cada patrão em separado, a classe operária golpeia os patrões em conjunto. Seu poder tremeu. Não é por outro motivo que a violência da repressão veio com tanta fúria.

O avanço político conseguido pela classe em cinco dias vale mais do que os cinco anos anteriores. Se ainda existiam ilusões quanto ao lado de quem está essa ditadura que ocupa o poder de governo desde 64, essas ilusões foram destruídas pelos verdadeiros combates travados entre os piquetes e a polícia. Sem essas ilusões fica de uma vez por todas assentado que não basta exigir um salário justo. Esse salário só virá quando conquistarmos a liberdade de lutar por ele. Como fazer isso sem liberdade sindical, sem o direito da greve, sem o direito de pensamento e de agir conforme ele?

Os movimentos populares sempre procuram, com razão, a divulgação na imprensa. Mas, na imprensa dos patrões a cara do povo quase não aparece. Os grandes jornais, que também são grandes empresas, defendem os interesses do capital estrangeiro, das grandes empresas nacionais, do latifúndio. Mamam as gordas verbas do governo e fazem o que ele manda. Seus modernos equipamentos — telefone, telex, satélite, computador — são usados para defender os poderosos, para deturpar a realidade, para dividir e enganar o povo. Grande é o número de jornalistas honestos, combativos, que tentam mostrar com objetividade a situação e a luta do povo. Mas suas reportagens são deturpadas, jogadas no lixo, isso quando seus autores não são também demitidos, processados, presos.

O povo precisa ter sua própria imprensa.

Com seu apoio, pode se construir a mais vigorosa im-

pressão do país. Foi refletindo suas lutas e com seu apoio que surgiu, ainda nos piores anos de repressão, a imprensa independente que veio ser uma alternativa ao monopólio das informações manipuladas. Essa imprensa precisa ser reforçada. E nosso jornal vem lutar para colocar a vida e a luta do povo nas manchetes, contadas pelo próprio povo.

É por isso que você precisa ser um correspondente do nosso jornal. Por mais cansado que esteja do trabalho, das reuniões nas comissões de fábrica, no sindicato, no movimento contra a carestia, no CBA, das discussões sobre a reformulação partidária, enfim, do trabalho e da luta, tire um tempo, reflita e escreva-nos. Ponha no correio ou traga à nossa redação. Sua carta-reportagem será publicada.

Nosso endereço: Rua Beneficência Portuguesa, 44 - Conjunto 206 - São Paulo - SP. Fone - 228-5337 - CEP 01033

Isso nos leva direto da luta econômica por melhores salários e condições de trabalho à luta política pela derubada dessa ditadura que dá proteção aos patrões.

Quando às conquistas do contrato, elas são pequenas de fato. Mas nem isso teríamos conseguido sem a greve. O que mostra que o caminho é esse mesmo, só que é preciso desde já desenvolver um trabalho contínuo de consciência e organização para a luta e de combate aos conciliadores, que não estão só na diretoria do sindicato e que a essa altura já devem estar resmungando que foi errado decretar a greve, que era preciso esperar mais, etc. São os mesmos que no período que precedeu a greve não fizeram esforço algum para prepará-la. Assim como criticam agora, estariam à cata de louros se a vitória fosse completa. Ficamos de olho neles, porque prejudicam a classe. Não criticam para construir, mas sim para destruir. Se aprende a lutar lutando. Se tantos aderiram à palavra de ordem de greve, é porque ela estava madura. É porque existiam tantos dispostos a aprender a lutar.

Também vimos a nossa luta atrair a solidariedade de outros setores. Será que alguém deixou de se perguntar o porquê disso? A resposta é: também eles lutam pela liberdade.

A nossa luta nessa campanha já teve um reflexo imediato. Foi uma alavanca poderosa para o desencadeamento da greve dos companheiros de Betim. Isto é vitória nossa.

No capítulo das derrotas, temos

Outro metalúrgico mineiro relata como começou a greve na Fiat.

«Quando foi às 00,38, a gente estava na porta da Fiat, a gente média de 15 pessoas. Então começamos a falar a uma só voz a frase que a gente tinha combinado falar: «Companheiros, vamos permanecer para ajudar nos piquetes das 5,30». Conforme a gente foi falando essa frase, o pessoal foi ficando todo mundo. Não foi embora nenhum operário. E tava só mesmo a gente, não tinha nenhuma autoridade do sindicato. Daí para a frente, o que nós fizemos foi organizar esses piquetes, tinha mais ou menos 4 mil pessoas, orientando para não haver quebraquebra. Quando foi lá pelas 4,30, começaram a chegar os ônibus. Foi um negócio muito bonito, porque todos os operários que iam chegando já iam descendo e ajudando a parar os ônibus de trás. Então, tinha uma média de 8 mil pessoas no piquete. E

que engolir: o acordo que nos foi impingido (até quando vamos suportá-lo?); as perdas causadas pela repressão policial (e que são justamente as perdas dos companheiros mais combativos); e o desemprego que já vem da crise e que está sendo usado como arma dos patrões para tentar desmoralizar a greve como instrumento nosso de luta, para que não o usemos contra eles por um bom tempo. Forjemos logo uma arma afiada contra esse ataque traiçoeiro!

Além disso tudo, devemos destacar ainda algumas outras coisas positivas e negativas.

Entre as positivas, está a grande combatividade dos companheiros enfrentando uma repressão dura e desigual e mesmo assim honrando a tradição dos melhores lutadores da classe operária e iniciando o aprendizado de como reagir (por enquanto com meios precários) contra o inimigo que nos ataca armado, para garantir a exploração dos patrões. A preparação para esse tipo de luta é um ponto que deve merecer uma melhor atenção nossa daqui para a frente.

Entre os negativos, está a falta de unidade do comando de greve, o que levou à dispersão de esforços em iniciativas de orientação individual, impedindo uma atuação conjunta, coordenada, e gerando confusão. Outra questão importante é a da mobilização, que foi muito fraca. Frente à campanha de desmobilização feita pelos patrões, através de todos os meios de comunicação, nós não usamos nem mesmo os boletins e o jornal do sindicato.

começou então a ação policial, jogando os cavalos em cima das pessoas, batendo com a chapa da espada. Teve um companheiro que teve três dedos cortados. Teve um ainda que perdeu a vida. Além disso, tem outro companheiro desaparecido, não sabemos o motivo. Tem um que jogaram uma bomba de gás na boca dele. E muitos outros companheiros que aguentaram mesmo pancada, que estão escoriados, machucados. Onde eles viam que tinha um grupinho que estava na liderança do piquete, então eles chegavam naqueles ali e davam porrada, dispersavam. Mas o peão não estava afim mesmo. Tinha peão entrando debaixo dos cavalos, xingando e resistindo. Um negócio que chamava a atenção era o comportamento do pessoal diante da polícia, de não ter medo mesmo. Nem fugia. A polícia avançava em cima, e ainda ficava o pessoal xingando...»

Um metalúrgico de Osasco escreveu à **Tribuna Operária** falando sobre a campanha salarial de sua categoria, que está em curso em São Paulo (capital), Osasco e Guarulhos.

«Nas reuniões e em todas as assembleias a conversa é uma só: a classe não está mobilizada, não participa das reuniões, etc. Por outro lado, a situação nossa, do ponto de vista econômico, é muitas vezes pior do que na época das greves de 1978. Ninguém pode negar que a consciência da classe é muito maior do que um ano atrás. No Brasil todo, em diversas categorias, a nossa classe assume formas de luta cada vez mais radicais. Vejam o exemplo de Minas Gerais, onde em menos de três meses quatro companheiros derramaram o seu sangue em nossa luta e nem por isso é menor o ânimo dos companheiros mineiros.

Vejam a vitória dos metalúrgicos de Minas Gerais, do Rio, de Pernambuco, a grande vitória dos trabalhadores dos canaviais em Pernambuco. Então como se explica a situação aqui em São Paulo, o maior centro operário da América Latina, justamente conosco, os metalúrgicos iniciadores deste novo processo na vida do país.

De fato nós jogamos um papel de uma importância para toda a classe operária brasileira como no conjunto de todo o sistema político e econômico. E estou convencido de que uma greve aqui em São Paulo, envolvendo 500 mil metalúrgicos, numa época em que mais de um milhão e 200 mil trabalhadores estão em campanha salarial, pode arastar São Paulo a uma greve geral e degenerar num conflito de larga escala que, se não levar à queda da ditadura, acelerará muito esse processo.

É justamente este o nó da questão: a ditadura está amedrontada e não mede esforços para impedir a greve, esforços que vão desde a demagogia até a repressão policial (projeto de reformulação da política salarial, prisões em São Paulo, etc).

Ela conta com a valiosa contribuição dos traidores de nossa classe, que não estão interessados num confronto pois sabem que por esta via não chegarão ao poder e sim serão corridos da história. Essa gente tenta negociar o futuro da nossa classe na tentativa de chegar ao poder pelo voto. Existem os vacilantes, que, não tendo uma visão correta da luta de classes, andam afirmando que a classe está desorganizada, que não existe o partido da classe operária, e, a pretexto de organizar e conscientizar a classe, usam de todos os meios para tentar adiar o confronto inevitável. Ao fazerem isso eles estão também conciliando com a ditadura. Mas uma coisa é certa: ninguém poderá resolver a greve crise que o país enfrenta sem antes passar por cima do cadáver da ditadura. A proposta de acordo com os patrões é a prova mais concreta disto. A classe não confia nas direções que ali estão, aprendeu com sua própria experiência que não deve mesmo confiar. Mas é neste processo que surgirão as autênticas lideranças, que se somando aos companheiros combativos irão conduzir nossa classe ao lugar que lhe cabe dentro da sociedade. E apesar de toda dificuldade que enfrenta nossa classe saberá dar uma resposta à altura e para espanto geral tomará a mesma atitude que tomou no ABC em maio deste ano e que está tomando em Minas e no Brasil todo.

Viva a classe operária!

Os trabalhadores e a imprensa, surgimento da *Tribuna*: algumas opiniões.



Maria Saraiva, dirigente do Movimento contra a Carestia em M'Boi Mirim, periferia de São Paulo.

«Um jornal dos trabalhadores deve servir para divulgar as lutas dos trabalhadores, dos operários, divulgar as manifestações, convocar a população para elas. Eu apoiaria totalmente um jornal que fizesse isso.

Já ouvi dizer que esse jornal vai ter letras grandes. Isso é bom. Tem gente que não dá valor; mas cá entre nós, quando o trabalhador chega em casa cansado, não tem paciência para ler aquelas letreiras miúdas, que ficam dan-



José Pedro da Silva, ativista sindical, um dos líderes do movimento sindical de Osasco, São Paulo.

«Eu acho que é muito importante a imprensa dos trabalhadores, independente, porque hoje mais do que nunca o trabalhador precisa de informação. E os jornais burgueses quase nunca dão informação para o trabalhador. E neste momento, em que os trabalhadores vão ganhando as ruas, fazendo greve, é muito importante ter meios de divulgação de suas próprias lutas. Do meu ponto de vista, esses órgãos têm que ultrapassar a luta econômica e penetrar na luta política. Tem muito

gado na frente da gente. O livro sobre o Araguaia (de Clóvis Moura), por exemplo, quem não leu? Já este outro livro aqui (de Antônio Carlos Fon) também é muito bom. Mas como as letreiras são miúdas, o povo não tem paciência. Não somos contra os intelectuais. Tem muito operário que tem cabeça burguesa e muito intelectual que dedicou sua vida ao povo. Veja aí, este livro (o de Fon) mostra quantos morreram, foram torturados. Mas é preciso escrever para o povo. É preciso que o pessoal mais consciente ajude os trabalhadores. Daí eu vejo a importância desse jornal. Se ele fizer isto, a gente dá força, faz propaganda e compra eles.

pouco ainda de luta política. Tanto é que os sindicatos e organizações as vezes mobilizam pelas questões econômicas e não mobilizam pelas políticas. Isto não é culpa dos operários. É que a gente viveu estes anos todos debaixo dessa ditadura, em que a organização dos trabalhadores foi sufocada. Então, acho que a imprensa dos trabalhadores joga um papel importante para superar isto. É sempre bem vindo quando aparece um novo jornal na praça para divulgar o movimento operário, o movimento popular. Eu dou todo apoio aos companheiros, acho que está fazendo falta essa imprensa alternativa, que vai ajudar os trabalhadores a mudar o Brasil.

Tempos de mudança

Quatro aspectos que marcam a realidade atual

A crise abala o país

“Só os cegos não vêem as nuvens negras que se acumulam no horizonte, só os surdos não ouvem os rumores de angústia e sofrimento das massas desvaloradas pelas injustiças sociais”.

Não foi nenhum radical que disse isto, mas o senador Tancredo Neves, um liberal-conservador, líder da oposição de confiança do governo. Sua tese é que a explosão da violência popular será inevitável se não houver reformas econômicas no país.

O governo limitou-se a trocar Simonsen por Delfim no comando da área econômica. A ordem agora é novamente exportar a todo custo. Mas como aumentar as exportações, se a crise é de todo o mundo capitalista? É quem confia realmente nas promessas de Delfim, um ministro do Planejamento que confessa só ter planos para os próximos dez dias? O fato é que o regime não tem respostas para a crise, a não ser culpar as greves pela carestia e jogar a polícia contra os trabalhadores.

A crise atual, porém, não é do tipo que se resolve com repressão, nem com reformas. Suas causas estão na base da estrutura econômico-social brasileira, no capitalismo dependente.

15 anos de expansão do capital externo criaram uma dívida com os banqueiros estrangeiros de um trilhão e 500 bilhões de cruzeiros. Só este ano o pagamento da dívida e dos juros vai custar 300 bilhões de cruzeiros, 12 mil e quinhentos cruzeiros para cada família brasileira. Enquanto isso, a inflação chegou a 8% por mês, em setembro. E promete bater todos os recordes.

A crise afeta a todos. Qualquer dona de casa conhece de perto suas consequências. Os exploradores também se inquietam, mas por outros motivos. Querem jogar suas dificuldades em cima do povo. No tempo das vacas gordas (para eles), diziam que ainda não era hora de repartir o bolo. Agora, que chegou o tempo das vacas magras, eles dizem que é preciso dividir os sacrifícios.

A resposta dos trabalhadores é a atual onda de greves e tem um sentido claro: As multinacionais, os grandes empresários e donos de terra causaram a crise. Que eles paguem as consequências!

A luta de massas dá a tônica

Houve 212 greves nos 200 primeiros dias do governo Figueiredo. O número de grevistas este ano já passa dos 2 milhões e 300 mil, segundo pesquisa do jornal “Movimento”. Contando desde maio de 1978, quando começaram as paralisações, o total sobe para mais de 3 milhões.

Junto com as greves, ampliou-se a luta pela liberdade sindical, pela Central Única dos Trabalhadores, contra a legislação trabalhista repressiva. Cresceram os movimentos contra a carestia, por creches e pelos direitos da mulher trabalhadora, por melhorias nos bairros populares. A UNE ressurgiu. E a agitação social vai chegando ao interior.

Cresceram também os movimentos políticos, pela anistia, por uma Constituinte eleita em plena liberdade. O movimento popular e democrático está em ofensiva, dá a tônica da conjuntura política. Mas o governo tenta recuperar o terreno. No ano passado, a onda de lutas pegou o governo de mau jeito. Passadas as eleições e transferido o poder a Figueiredo, o governo se recompôs. Neste segundo semestre, a repressão caiu mais forte. Os trabalhadores que vão à luta, como os da construção civil, metalúrgicos, bancários, professores, enfrentam hoje a violência policial, intervenções e fechamento de entidades, demissões, prisões de líderes e ativistas, espancamentos, bombas de gás, tiros que já mataram alguns operários. A violência vai numa escalada, desmentindo as juras demoradas de Figueiredo.

Esta situação coloca novos problemas. A disposição de luta do povo continua elevada. Não poderia ser diferente, pois a situação é tão difícil que o próprio Figueiredo aconselha quem ganha salário mínimo a “dar um tiro no coco”. Mas hoje a luta exige uma união mais forte, mais organização, mais preparação.

Os desafios atuais serão respondidos? Isto vai depender em grande parte da classe operária. Foi ela que deu o sinal de partida para esta onda de lutas. É a classe mais numerosa, a que tem a disciplina e a consequência para conduzir nosso povo na busca de dias melhores.

A ditadura balança mas não cai

Hoje já aparece às claras o plano político de governo do general Figueiredo. Ele quer adaptar o regime militar aos novos tempos, para consolidá-lo; recuar de certas posições insustentáveis, mas não bater em retirada; conceder a anistia, mas restrita; promover uma certa abertura, mas não para os trabalhadores.

Surge assim uma situação contraditória. De um lado, o povo conquistou na prática certos direitos. Hoje faz greves, atos públicos, debates, publica sua imprensa alternativa, conseguiu conter a rotina sinistra das torturas e “desaparecimentos”. De outro lado, não conseguiu ainda substituir o regime de 1964. Ele continua de pé, com sua política de fome para o trabalhador e privilégios para as multinacionais. Não se adotou nenhuma medida aferindo os órgãos repressivos. E vigora ainda toda uma coleção de leis arbitrárias, feitas expressamente contra o movimento popular. Ontem, o DOI-CODI matava patriotas na tortura. Hoje, a PM abate operários nas ruas.

O regime manobra para continuar. Apela agora para a tão falada reforma partidária. Não há dúvida — é mais um ato de arbítrio. O primeiro passo do plano será a extinção forçada do MDB. Os estrategistas do Palácio do Planalto pensam que assim ficará mais fácil dividir a oposição. Trabalham para colocar os opositores moderados e vacilantes na órbita do governo. Jogam habilmente com as tendências conciliadoras, antigo vício da ala direita e de uma parte do centro da oposição. Procuram, enfim, isolar as forças políticas mais comprometidas com os interesses populares, para combatê-las com maior facilidade. O próprio general-presidente diz em público que na sua “democracia” os “radicais” não têm vez. Podem até concorrer a eleições, mas, se ganharem, não levam.

Na retaguarda da manobra ficam os militares do Alto Comando. Periodicamente eles fazem declarações aos jornais, em tom de adverteência, fixando as acanhadas fronteiras da “abertura”. Mas são os guardiões de um regime em decadência. O Brasil atual comprova, mais uma vez, a frase do velho pensador francês: *podemos fazer tudo com as baionetas, menos sentar em cima delas.*

A união do povo pede passagem

A prática dos últimos anos criou certa unidade, de setores bastante variados da oposição, em torno de uma plataforma mínima comum: anistia ampla, geral e irrestrita; revogação da Constituição imposta, da lei de segurança, da lei antigreve e todas as leis de arbítrio; convocação de uma assembleia nacional constituinte livre e soberana.

Ocorre que com o avanço da luta o povo passou a exigir a mais ampla liberdade política. Hoje ele quer liberdade para se organizar e defender seus direitos, para ter sindicatos combativos e a Central Única dos Trabalhadores. Para ter seus partidos políticos, atuando sem restrições, inclusive o partido da classe operária. Para defender a soberania nacional ameaçada e o direito dos trabalhadores do campo à terra.

Ao mesmo tempo, a vida passou a cobrar definições mais concretas, necessárias ao êxito da plataforma das oposições. Uma constituinte livre e soberana precisa ser convocada por um governo democrático. Por isso, as forças do povo e da democracia se uniram há um ano contra a candidatura antidemocrática de Figueiredo. E se unem hoje contra seu governo antidemocrático. Querem substituí-lo, pois não há outro meio de alcançar a liberdade e a constituinte.

Os conciliadores discordam disso. Dizem logo que não querem derrubar nenhum governo. Já os homens do sistema se enfurecem e declaram que constituinte é sinônimo de subversão. Achem que só eles podem mudar governos, como fizeram em 1945, 54, 64 e 69. Mas será que o povo aguenta mais cinco anos e meio sem ampla liberdade?

A luta pela liberdade continua na ordem do dia. O que existe de melhor nas oposições busca a unidade para travá-la. Unidade combativa, contra o regime, não unidade conciliadora, com o regime. Observa-se na prática uma aproximação maior de diferentes setores populares e democráticos, incluindo muitos trabalhadores conscientes, líderes e ativistas de sindicatos, entidades e comunidades de base, os autênticos do MDB, liberais combativos e também os anistiadistas. Estes setores podem mesmo coligar-se numa só legenda, popular e democrática, um partido de frente. Há propostas nesse sentido. Se a união vingar, o povo terá em mãos um instrumento importante para dar a devida resposta aos desafios do momento atual.

A tradição de luta, como as pedras do cais

Sebastião Luís dos Santos, 76 anos, líder operário anistiado em 1937 e em 1979; Feliciano Honorato Wanderley, 61 anos, que é o responsável pela *Tribuna da Luta Operária*, no Rio de Janeiro; e Waldomiro Martins dos Santos, 61 anos, líder sindicalista há anos. Esses três velhos e combativos líderes dos marítimos do Rio de Janeiro inauguram nossas entrevistas com combatentes do povo.



Olivio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, afastado pelo Ministério do Trabalho durante a greve de agosto.

«Considero que este jornal vai exercer um papel importante. Tem de ser um órgão permanente, informando sobre tudo que está

acontecendo com os explorados, e com a visão destes. E, pela proposta, o jornal vai cumprir este objetivo. O próprio surgimento do jornal é um reflexo da riqueza do movimento popular atual. Para cumprir um caráter de formação, além da divulgação de notícias, ele deve refletir o calor, a paixão dos envolvidos. Portanto, acredito, tenho fé no jornal, e considero necessário dar força a ele».



Aurélio Peres, operário metalúrgico, eleito deputado federal pelos movimentos populares de São Paulo.

«A situação evoluiu muito rapidamente. Hoje você nota uma grande insatisfação na grande massa, principalmente operária, um clima de revolta entre os trabalhadores. Este clima, estas manifestações dos trabalhadores, nem sempre encontram o espaço devido na nossa imprensa atual. Isso não significa má vontade dos jornalistas.

Se não todos, a maioria deles teria vontade de ajudar os trabalhadores. Mas não depende da vontade deles, que não são os proprietários dos jornais. A grande imprensa está na mão da burguesia, não há espaço nela para os interesses dos operários e dos trabalhadores em geral.

Daí se justifica o aparecimento da imprensa alternativa, que deve exercer essa função de se colocar em função dos interesses populares. E especificamente este jornal deve preencher esta lacuna que existe hoje, de um modo especial na classe operária.

o que acontece com a gente.

O governo submete a grande imprensa à sua vontade através do dinheiro público, que é gasto em propaganda. A televisão não solta nada de interesse da gente. A imprensa alternativa tem levado uma mensagem para o pessoal, e isto tem realmente contribuído para mudar o quadro que está aí. E qualquer iniciativa com esse objetivo merece o apoio da gente. Eu não tenho dúvida nenhuma de que apoio vocês vão ter; se depender da gente, para divulgar coisas do nosso interesse, não tem problema nenhum».



João Pires Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Monlevade, Minas Gerais.

«A necessidade de um jornal nosso vem surgindo há muito tempo. Seria um jornal enfocando o problema da base, mas enfocando também os aspectos políticos do sistema, e uma coisa mais abrangente, para não situar o negócio em uma esfera pequena, que não dá visão ao pessoal da massa do que seja o esquema político que está por trás de tudo

Em 1964, perderam seus cargos no sindicato e seus empregos. Foram presos, torturados, tiveram seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1. Vivendo na clandestinidade todos esses anos, foram recentemente anistiadados. E continuam na luta. Agora mesmo, já estão em plena campanha para derrubar os pelegos instalados no Sindicato dos Taisfeiros desde 1964.

E aproveitaram a oportunidade para apelar, através das páginas da *Tribuna*, aos marítimos de todo o país: «Votem na chapa 2, da oposição, que é o começo da renovação de nosso sindicato».

Sebastião Luís dos Santos integrou-se na luta da classe operária desde o final da década de 20. De 1935 a 1937 esteve preso na Ilha Grande, no presídio Pedro I e na Casa de Detenção. Em 1947, tornou-se marítimo. Foi eleito diretor do sindicato em 1958, em 1960 e 1962. Quando ocorreu o golpe militar de 1964 era membro do Conselho da Federação dos Marítimos.

Feliciano Honorato Wanderley é pernambucano. De 1948 a 1964 elegeu-se seguidamente membro da diretoria do Sindicato dos Taisfeiros, participando de todas as lutas da categoria. Em 1960, era secretário do sindicato. Foi um dos dirigentes do Pacto de Unidade e Ação (PUA), criado pelos trabalhadores antes de 1964. Cassado

pelo AI-1, ficou na clandestinidade até 1975, quando foi seqüestrado, preso e torturado.

Waldomiro Martins dos Santos, paraense. Cozinheiro aposentado da Marinha mercante, onde ingressou em 1946. Eleito para o sindicato em 1960. Foi preso por 15 dias, em abril de 1964.

As respostas dadas pelos três dirigentes operários foram por nós unidas, a opinião de um completando a do outro.

Tribuna — Que esperam de um jornal como o nosso? Como deve ser? Que assuntos deve abordar?

Resposta — Deve ser um jornal independente, para que possa defender os interesses da classe operária. Que reivindique o direito do trabalhador a organizações livres da tutela do governo. Que o direito de greve seja reconhecido. Entretanto, o jornal operário não deve tratar apenas das lutas econômicas, porque seria dizer que o trabalhador não tem concepção do que seja a luta política, quando ele é parte integrante desta luta. Deve defender os trabalhadores, que são os oprimidos. Deve participar de todo movimento de luta pelas liberdades democráticas, por Assembleia Constituinte, por livre manifestação de pensamento. O operário deve poder se organizar no partido que lhe der na cabeça.

TLO — Por que interessa ao

trabalhador participar da luta política?

R — O trabalhador precisa de condições para se organizar e lutar por seus direitos.

TLO — Como vocês estão vendo a situação atual do país?

R — A batra ainda está pesada. A abertura foi pro-forma, pelo menos para os sindicatos. Estas greves, todas, dos bancários, metalúrgicos, professores, foram consideradas ilegais pelo governo. Mas agora, os operários estão mais organizados do que antes de 1964. A gente sente que eles têm consciência. Sente-se isso em cada categoria que se conversa. O trabalhador já está mais avançado, ele já tem condições de ser eleito para uma Assembleia Constituinte. A Constituinte é um passo decisivo dentro deste impasse que estamos vivendo. Em 1946, se elaborou uma nova Constituição que permitiu a legalidade de vários partidos.

TLO — O que acham da anistia do Figueiredo?

R — Não foi completa, apesar de sermos beneficiados por ela. Não nos conformamos com a manobra como foi aprovada, fazendo restrições a vários companheiros que, por defenderem o direito da livre manifestação do pensamento, usaram os recursos que tinham no momento e que, hoje, classificados de terroristas, não foram beneficiados.

Tribuna ^{da Luta} Operária

Uma tribuna
a serviço
da classe operária,
de seu presente
e de seu futuro

